

Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites

Resumo: O debate acerca de questões envolvendo Gênero e Sexualidade vem ganhando força e, sobretudo, atenção em diferentes espaços e círculos sociais. Esses questionamentos conjugam-se com a luta pelos direitos humanos, pela democracia e, também, pela educação consciente. É sobre este último aspecto que o presente artigo visa discutir, afinal sabe-se de grandes feitos conquistados sobre a rubrica dos temas supracitados e, a partir disso, surge o seguinte questionamento: a expansão dos movimentos feministas e das discussões de Gênero e Sexualidade tem fornecido impactos relevantes para a educação? Para responder essa pergunta, optou-se por avaliar o atual documento normativo da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, conjecturando analisar se há progresso ou declínio no tratamento de questões envolvendo Gênero e Sexualidade.

Palavras-chave: BNCC. Gênero. Sexualidade. Educação sexual.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Doutoranda em Educação Escolar (UNESP). Pedagoga no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Araraquara. São Paulo, Brasil.

 orcid.org/0000-0002-1640-0266

✉ solmonteiro@ifsp.edu.br

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Doutor em Saúde Mental (UNICAMP). Professor Associado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Araraquara. São Paulo, Brasil.

 orcid.org/0000-0002-1552-5702

✉ paulo.rennes@unesp.br

Sexuality and Gender in the current BNCC: possibilities and limits

Abstract: The debate on issues involving Gender and Sexuality has been gaining strength and attention in different spaces and social circles. These questions are combined with the struggle for human rights, democracy and conscious education. It is on this last aspect that the present article aims to discuss: the expansion of feminist movements and the discussions of Gender and Sexuality have provided relevant impacts for education? To answer this question this article analyzes the current normative document on Basic Education, the National Common Curricular Base, conjecturing if there is progress or decline in the treatment of issues involving Gender and Sexuality.

Keywords: BNCC. Gender. Sexuality. Sex education.

Sexualidad y género en na actual BNCC: posibilidades y límites

Resumen: El debate sobre temas relacionados con el Género y la Sexualidad ha ido ganando fuerza y, sobre

Recebido em 30/01/2020

Aceito em 25/04/2020

Publicado em 01/05/2020

eISSN 2675-1933

 [10.37853/pqe.e202011](https://doi.org/10.37853/pqe.e202011)



todo, atención en diferentes espacios y círculos sociales. Estas preguntas se combinan con la lucha por los derechos humanos, la democracia y, también, por la educación consciente. Es sobre este último aspecto que el presente artículo pretende discutir, después de todo, se conocen los grandes logros alcanzados bajo el título de los temas antes mencionados y, a partir de esto, surge la siguiente pregunta: la expansión de los movimientos feministas y las discusiones sobre Género y Sexualidad proporcionado impactos relevantes para la educación? Para responder a esta pregunta, optamos por evaluar el documento normativo actual de Educación Básica, la Base Curricular Común Nacional - BNCC, conjeturando para analizar si hay progreso o disminución en el tratamiento de temas relacionados con Género y Sexualidad.

Palabras clave: BNCC. Género. Sexualidad. Educación sexual

1 Introdução

2

As discussões no Brasil sobre as temáticas da Educação Sexual foram acentuadas após o período de redemocratização que se seguiu ao fim da ditadura iniciada em 1964 e intensificada com o AI-5, em 1968. A partir da Constituição de 1988 questões de cidadania e direitos passaram a fazer parte dos discursos sociais e políticos, e em seu bojo os marcadores de Gênero e Sexualidade ocuparam lugar de destaque. Debates tratando de minorias, mulheres, homossexuais atrelados aos direitos humanos, em um primeiro momento, travados nas arenas identitárias, posteriormente, direcionaram-se para uma arena política (Seffner, 2017; Ribeiro, 2019; Ribeiro & Soares, 2019).

No entanto, posicionamentos conservadores vêm atacando posições ocupadas no tocante à igualdade de Gênero e ao combate à homofobia, abalando alicerces consolidados e dificultando ou até mesmo impedindo que novos progressos sejam alcançados. Nos últimos três anos, detectamos um número crescente de casos de violência contra a mulher e contra a população LGBT, assim como o crescimento de discursos de ódio e de atos atabalhados de repressão sexual, especificamente a censura a museus e o amordaçamento de professores por meio do Projeto Escola sem Partido que, como colocou Moura (2016), embora tenha sido arquivado, representa a avanço do

retrocesso político do país, inclusive porque há outros projetos similares sendo tramitados no Congresso.

O crescente recrudescimento da tríade *conservadorismo – fundamentalismo religioso – repressão* estimula ataques, em especial a ações pró-questões de Sexualidade e Gênero; dificulta discussões centrais na luta pela democracia e garantia de direitos iguais a todos no Brasil; fomenta um discurso de ódio e hostilidade ao diferente e uma onda de ignorância sobre o país (Seffner, Borrillo & Ribeiro, 2018; Soares & Monteiro, 2019). A escola sofre, enquanto espaço influenciado pela política e pela sociedade, com os reveses educacionais proporcionados pela visão restrita, preconceituosa e ideológica que pulula em uma sociedade que se submete à ignorância. Nunes (1987, p. 23) explica que “[...] a Sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente polêmica, visto envolver-se com elementos de ordem religiosa e ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos”. Ou seja, uma sociedade pautada no conservadorismo e na ideologia religiosa com facilidade questiona e impede que se fale de sexo na escola.

Neste contexto, temos uma posição oposta que é favorável à Educação Sexual, trazendo-a como tema importante a ser trabalhado nas escolas. Consideramos que seja preciso reconhecer a Educação Sexual como um saber necessário que possibilite o rompimento de ideias repressoras, preconceituosas e discriminatórias cristalizadas ao longo da história, além de ser também uma ação de cidadania e direitos que estimule a formação de um ser humano consciente de como se processam as relações sociais. Toda ação educacional no espaço escolar deve ser formativa e humanizadora, daí a necessidade de pensá-lo como um local privilegiado para a formação de crianças e jovens.

Não pretendemos ampliar a discussão da origem da Educação Sexual neste artigo, mas é necessário introduzir o leitor nesta questão lembrando que já nas primeiras décadas do século XX a educação sexual era defendida por médicos e educadores (Bedin, 2016; Bueno & Ribeiro, 2018; Reis & Ribeiro, 2004). E, em 1997, o Ministério da Educação a reconheceu como campo de atuação de professores, presente em um dos volumes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997). O documento é o

primeiro que deu legitimação à prática da Educação Sexual na escola (Leão & Ribeiro, 2012; Vianna, 2012; Abreu & Santos, 2015). Louro (2011) explica que as instituições de ensino se formam como espaços privilegiados para a preparação do cidadão, e que é nesse espaço que distintas experiências e diversas Sexualidades ocorrem. Autores como Figueiró (2006), Maia e Ribeiro (2011), Ribeiro e Magalhães (2018) e Ribeiro (2013) têm explicado como a Educação Sexual é necessária na formação dos alunos de todas as idades e que a escola deve ser sua principal interlocutora e fomentadora.

De 1997 para cá, ocorreram muitas mudanças e desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais houve significativa e importante ampliação do debate sobre Sexualidade e Educação Sexual; o movimento feminista e a discussão sobre Gênero e a igualdade da mulher tornaram-se presentes e ouvidos na sociedade brasileira; e o combate à homofobia e a defesa dos direitos LGBT passaram a fazer parte do discurso social e jurídico. No entanto, os ventos da repressão e da moralidade exacerbada e sem sentido começaram a chegar por volta de 2014 e, por ocasião da votação da “sucessora” dos PCN (embora fossem documentos totalmente distintos), uma onda de conservadorismo inundava o país.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se tornou o novo documento normativo da Educação, inclusive com diretrizes no tocante à Sexualidade e ao Gênero. O Conselho Nacional de Educação aprovou o documento referente ao Ensino Fundamental em 2017 e o do Ensino Médio em 2018. No entanto, enquanto em 1997 a Educação brasileira vislumbrava a possibilidade de se trabalhar questões de Sexualidade e Gênero na escola, vinte anos depois o quadro é outro. Assim, o objetivo deste artigo é justamente discutir, a partir da expansão das discussões dos movimentos feministas, de Gênero e Sexualidade, os efeitos da onda de retrocessos que intensificados a partir de 2017 – como já brevemente apresentado – e que repercutiram no texto da BNCC.

2 Gênero e Sexualidade

Qual a importância dos estudos de Gênero hoje e qual sua relação com a Educação? O que incomoda tanto setores conservadores da sociedade ao ponto desta área da ciência ser por eles escorraçada e perseguida?

Gênero e Sexualidade são temas que, como já sinalizou Louro (2011), podem tanto se articular como se embaralhar. Talvez não do ponto de vista acadêmico e filosófico, mas sim das incertezas e interpretações frequentes que o senso comum dá aos vários temas abordados nesse campo.

Os Estudos de Gênero têm sua origem no movimento feminista. Em 1949, Simone de Beauvoir publica *O segundo sexo*, importante análise da condição feminina, e em 1963, Betty Friedan escreve *A mística feminina*, que critica o papel subordinado da mulher na sociedade. Haraway (1995) destaca que “apesar de suas importantes diferenças, todos os significados feministas modernos de Gênero partem de Simone de Beauvoir e de sua afirmação de que “não se nasce mulher” (Haraway, 1995, p. 221). Nessa esteira, autores sinalizam a importância das condições posteriores à segunda guerra mundial, na qual as mulheres começam a se destacar enquanto sujeito-em-processo coletivo e histórico (Haraway, 1995; Petit, 2000).

Gênero se refere às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais. Joan Scott (1995) traz uma consistente contribuição quando publica “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, em que a autora conceitua o Gênero como um construto historicamente determinado que não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas, também, uma categoria útil para “dar sentido” a essa diferença. Nas palavras da pesquisadora, Gênero se refere

ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (Scott, 1995, p. 75).

Seu uso não aceita explicações biológicas e naturalizantes para a submissão feminina. O referido conceito implica numa interpretação da noção de construção, aqui

compreendida no sentido da ótica da construção. Afinal, mesmo que as formas de conceber os processos de construção sejam distintas, compreender o conceito de Gênero significa não aceitar a naturalização do feminino e do masculino – as coisas não são simplesmente dadas, são construídas.

Com isso, um importante paradigma começa a ser repensado a partir dessas discussões, dado que a divisão entre masculino/feminino como uma divisão fundamental deixa de ser relevante e, com o auxílio das feministas da segunda onda, novos paradigmas começam a ser compostos. Um que merece menção é que, mais do que demarcar lugares que distinguem o que é da ordem do masculino e o que é do feminino, o conceito de Gênero implica no analisar das diferenças entre pessoas, coisas, discursos e situações vivenciadas.

Sendo assim, pertence ao conceito de Gênero o conceito de relação, dado que do mesmo modo que as mulheres estão inseridas nos universos dos homens, os homens estão inseridos no das mulheres. Para Sartori (2004), o Gênero se faz por meio de uma construção social e essa construção pode variar tanto no seio de uma mesma sociedade como em outra qualquer. Os Estudos de Gênero têm uma concepção cultural e histórica e entendem que tanto a compreensão de sexo e Sexualidade quanto a percepção das relações entre homens e mulheres sejam parte de construções sociais e culturais e não um fator biológico. Como conceitua Guacira Lopes Louro, são *estudos sobre as vidas femininas: formas de trabalho, corpo, prazer, afeto, escolarização, oportunidades de expressão*, etc. (Louro, 2007; 2011).

No tocante à Sexualidade, sabe-se que sua compreensão estabelece, por algumas vertentes, uma ancoragem mais forte com a biologia. Afinal, como explica Ribeiro (2005, p. 18), “a Sexualidade em sua essência é biológica” enquanto significado de fonte, princípio, origem já que ela só existe porque somos seres sexuados que necessitam do sexo para a reprodução da espécie. No entanto, sua concepção, percepção e práticas são construídas historicamente e variam de cultura pra cultura e de época pra época. Reconhecer uma matriz biológica na Sexualidade não implica em reduzi-la ao biológico, mas é o que ocorreu a partir da consolidação da medicina vitoriana e, como complementa Louro (2007), persistiu uma concepção universal e trans-histórica que

fomenta o determinismo biológico. No entanto, a Sexualidade vai além do corpo, dado que é constituída por linguagens, valores, comportamentos, rituais, fantasias, representações (Louro, 2007).

Foucault (1988, p. 100) escreve que “a Sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico”. Não se pode limitá-la à biologia que a naturaliza nem vê-la a partir de uma aura proibitiva cercada de tabus, obscurantismo e sentido de pecado que comumente as igrejas lhe atribuem. Uma e outra compreensão limitam a concepção de Sexualidade. É fundamental compreendê-la do ponto de vista do constructo histórico, como sendo produto da “cultura cambiante, carregada da possibilidade de instabilidade, multiplicidade e provisoriedade” (Louro, 2007, p. 210).

Discutir Gênero e Sexualidade é essencial em nossa sociedade e principalmente na escola, que se torna *locus* privilegiado para a reprodução de papéis de Gênero e modelos de Sexualidade que continuam oprimindo os educandos. Perguntas como a que se seguem precisam ser respondidas: Como a professora do Ensino Fundamental reproduz as discriminações de Gênero? Como os pais incentivam a dominação masculina? Como a mídia discrimina a inteligência da mulher? Como contribuir para a erradicação da submissão feminina? Que posições temos de tomar diante da desigualdade de Gênero, do preconceito e da discriminação?

7

3 A Educação Sexual enquanto saber necessário

Como já se mostrou acima, a Sexualidade humana faz parte do processo vital e histórico do ser humano, é algo que transcende a nossa existência. Por essa razão, falar sobre Sexualidade é sempre complexo, uma vez que tanto como a humanidade, a Sexualidade sofre alterações de acordo com as representações e valores sócio-históricos, político e culturais da época.

No Brasil, pesquisadores sinalizam que a origem de sua história da Sexualidade é datada desde a Colônia, afinal a própria carta de Pero Vaz de Caminha já destacava alguns costumes sexuais, assim como cartas do Padre Manoel da Nóbrega e documentos da Inquisição (Ribeiro & Bedin, 2010; 2013). A Sexualidade enquanto saber constituído ou institucionalizado data do século XIX e primeiras décadas do século XX (Bedin, 2016;

Reis & Ribeiro, 2004). Ribeiro (2009) destaca que dois contextos foram favorecedores para a compreensão de como o conhecimento sexual tornou-se um objeto da Ciência:

a institucionalização do conhecimento sexual ocorreu quando os médicos elaboraram, desenvolveram e se apropriaram de teorias e ideias que foram consideradas “científicas” e capazes de dar a sustentação que necessitavam para o seu discurso sexual normatizador, e quando as várias vertentes das Ciências Humanas passaram a considerar o estudo das atitudes e comportamentos sexuais como área merecedora de reflexões e proposição de teorias. Esta institucionalização possibilitou o surgimento de várias obras que versavam sobre comportamento sexual e Educação Sexual (Ribeiro, 2009, p. 131).

Além disso, como analisa Loyola (1998, p. 4):

o erotismo deveria ser regulado pela exigência de reprodução da espécie e dos ideais de amor a Deus e à família. É na medicina que a Sexualidade termina por ser unificada como instinto biológico voltado para a reprodução da espécie e que todos os demais atributos ligados ao erotismo, desde sempre tidos como sexuais, passaram a ser submetidos a essa exigência primordial. A Sexualidade é assim identificada com genitalidade e heterossexualidade.

No século XIX, as ciências autorizadas a falar sobre sexo, notadamente a Medicina e suas vertentes recém-consolidadas – a Sexologia e a Psiquiatria – determinam as primeiras classificações para os comportamentos sexuais embasadas no binarismo normal x patológico, que estabelecem o que é “certo” e o que é “errado” e as regras para disciplinar as relações sexuais (Priore, 2011). O comportamento sexual feminino foi reprimido e delimitado, e o prazer sexual nas mulheres sugeria que elas seriam loucas ou prostitutas. À mulher de família estava reservado o sexo para procriação e a total ausência de qualquer forma de prazer.

A influência médica é significativa e as primeiras ações para a implantação da Educação Sexual se fundamentam no higienismo, ideologia corrente nas primeiras décadas do século XX e responsável pelo pensamento médico no Brasil por largo período.

Como analisam Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019, p. 1540-1541),

as práticas educativas possuíam uma perspectiva médico-higienista sobre a Sexualidade que, dentre outros aspectos, preconizava que a veiculação de informações sobre anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutivos humanos contribuiria com mudanças na conduta sexual dos indivíduos. [] Nesse período, o Brasil combatia uma epidemia de sífilis e coube às instituições escolares, por meio da Educação Sexual, contribuir para o enfrentamento deste problema de saúde pública.

Essa vertente biológica e higienista da Educação Sexual, ainda que consolidada e valorizada em decorrência do contexto médico-social desse período, não impediu que um pioneiro da Educação Sexual no Brasil, o médico José de Albuquerque (1904-1984), ainda nos anos 1930, defendesse temas sociais inéditos em sua vasta obra, como a instituição do divórcio, o controle de natalidade, a responsabilidade venérea, a Educação Sexual pelo rádio e a proposta de “uma reforma da educação/cultura sexual da população brasileira” e “a Educação Sexual em território nacional” (Felício, 2011, p. 1).

Na década de 1960, tivemos as primeiras experiências efetivas de Educação Sexual no espaço escolar, em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, ações estas que não tiveram continuidade em decorrência do Golpe de Estado de 1964 que instaurou um regime ditatorial que suprimiu as liberdades civis e instalou a censura. Somente em 1979, com a distensão política que sugeria uma possibilidade de abertura do Brasil para a redemocratização (o regime militar termina em 1985) é que são retomadas as iniciativas de Educação Sexual na escola. O aparecimento da AIDS também incita a sociedade e os meios de comunicação a falar de sexo e a Educação Sexual se configura como prática recomendada.

Nas palavras de Louro (2011, p. 36),

de fato, a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a Sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença (Aids) fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação passasse a estimular projetos de Educação Sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para a educação do País).

De 1997 a meados de 2013 há significativo avanço na visão da sociedade em relação ao empoderamento feminino, igualdade de Gênero, combate à homofobia, direitos sexuais e reprodutivos, educação sexual na escola, incluindo o desenvolvimento de políticas públicas que são projetos ou propostas governamentais que visam assegurar direitos de cidadania e igualdade a populações, grupos ou minorias. Mas, infelizmente, não houve investimento governamental para efetiva formação de educadores sexuais, não obstante o destaque dado pelos PCN (Ribeiro, 2019). Em contrapartida, percebemos o crescimento de diversos movimentos de liberdade, direitos civis e cidadania voltados para a igualdade de Gênero e combate à homofobia, assim

como a própria liberdade sexual com comportamentos e atitudes livres das amarras da repressão em muitos aspectos.

São valores não aceitos por um segmento social que crescia vertiginosamente passando a ocupar um lugar de fala nas redes sociais e no congresso – os fundamentalistas cristãos, representados por evangélicos principalmente pentecostais. (Interessante ler Natividade & Oliveira, 2013). O governo de esquerda que se mantinha no poder desde 2003 dava mostras de desgaste decorrente de inúmeras acusações de corrupção. Como as liberdades individuais e políticas sempre foram importante bandeira de luta a ele identificada, a associação entre liberdade sexual x libertinagem, a nomeação de ideologia de Gênero¹ aos estudos de Gênero, a propagação de um intenso discurso homofóbico e machista, e um pensamento de direita corrente contribuíram para que uma onda de moralidade e conservadorismo assolasse o país. Um discurso de ódio toma conta do Brasil, notadamente nas redes sociais. O resultado é a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da República e uma guinada do país à extrema direita a partir de sua posse em 1º de Janeiro de 2019.

10

Em relação à Educação, nos dois anos que antecederam a posse de Bolsonaro, o recrudescimento do conservadorismo e do fundamentalismo suscitaram discursos e posicionamentos contrários a todo tipo de liberdade de expressão, ações de cidadania e defesa de direitos da comunidade LGBT foram combatidos e tudo ligado a Gênero, Sexualidade e educação sexual foi retirado da Base Nacional Comum Curricular, um recuo histórico e um retrocesso em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996.

Em 2014, o Plano Nacional da Educação (PNE) teve as palavras gênero e orientação sexual suprimidas. A frase "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual" foi modificada e em seu lugar foi publicada "erradicação de todas as formas de discriminação". Em 2015, foi a vez dos Planos Municipais de Educação, que igualmente tiveram retirados os trechos em que apareciam as palavras diversidade sexual, orientação sexual e gênero (SEMIS, 2017).

¹ Ver sobre Ideologia de Gênero em REIS & EGGERT (2017), Ribeiro (2017a) e Ribeiro (2017b).

Essa mesma autora cita fala de Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que explica que “tratar desses temas vai contra o que algumas pessoas acreditam que seja o conceito de família. A questão se relaciona com homossexualidade, construções familiares e identidade. A retirada dos conceitos é uma pauta proselitista [que tem o objetivo de converter alguém para alguma ideia ou causa] de um passado há muito tempo distante e que não condiz com a realidade do país nem da escola atualmente” (Semis, 2017, p. 1).

4 A atual BNCC e as questões de Gênero e Sexualidade

Partimos do princípio que é crucial que as instituições de ensino abordem em seus currículos questões envolvendo Sexualidade e Gênero. Como nos lembra Louro (1999, p. 81) é “indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de Gênero e Sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria produz”. Isso significa que quer queiram ou não professores e pais, atitudes, comportamentos, valores e concepções a respeito de sexo e gênero estão presentes na escola.

Como descrevemos nos tópicos anteriores, a inserção de discussões consistentes e coerentes, fundamentadas pedagógica e cientificamente sobre Gênero e Sexualidade no âmbito escolar, foi oficialmente proposta com a regulamentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A inserção destes temas está, portanto, além de normas morais, familiares e religiosas, ainda que quando se trata de Educação Sexual, verificamos que fatores culturais permeiam sua efetivação, que oscila entre avanços e retrocessos (Soares & Monteiro, 2019).

No entanto, logo antes da publicação oficial da BNCC, o site Agência Brasil veiculou o anúncio abaixo, fruto de ingerências externas à Educação, conforme ilustrado na Figura 1.

O trecho que defendia o respeito à orientação sexual de cada um foi suprimido, um dos exemplos de que a elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular passaram pelo crivo cultural mencionado, ficando à mercê de influências religiosas fundamentalistas, conservadoras e moralizantes que, em detrimento da ciência,

eliminaram de seu texto final todo conteúdo associado a Gênero e reduziram à ótica biológica os assuntos ligados à Sexualidade. São limitações que vão à contramão do caminho favorável à Educação Sexual traçado desde as primeiras décadas do século XX, e que são frutos, como colocou Arroyo (2011), de um forte conservadorismo que acaba se legitimando por meio de normas, diretrizes e avaliações, entre outros.



Figura 1 – Notícia do site Agência Brasil sobre a BNCC
Fonte: Agência Brasil (Tokarnia, 2017)

Nesse sentido, o intuito desse artigo é justamente verificar como são propostos na BNCC, temas de Sexualidade e Gênero, avaliando potencialidades e limitações. A BNCC não foi homologada tão facilmente. Mesmo que contribuições democráticas tenham sido solicitadas por diferentes sujeitos sociais – como escolas, universidades, professores da rede pública e privada – iniciativas autoritárias de representantes religiosos do congresso e do governo acabaram definindo o texto final do documento (Cury, Reis & Zanardi, 2018).

A BNCC é homologada em 2017 com orientações para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, em 2018, recebe as orientações para o Ensino Médio. O objetivo do documento é promover uma equidade no ensino em todas as escolas nacionais, garantindo aos alunos o direito de acesso a um conjunto fundamental de conhecimentos e habilidades comuns em todo o país.

Procuramos, então, verificar o conteúdo da grande área da Sexualidade, Educação Sexual e Gênero presente na BNCC, sobre o que fizemos a análise a seguir. Inicialmente, buscamos no texto as palavras “sexualidade” e “sexual”, encontrando a primeira menção

na área de Ciências da Natureza, mais especificamente na disciplina de Ciências para o 8º ano do Ensino Fundamental.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à Sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde (Brasil, 2018, p. 327).

Diferente dos PCN, em que o conteúdo sobre Sexualidade era proposto no âmbito da transversalidade e para todas as séries, aqui se restringiu à discussão em uma única série.

A BNCC é dividida em competências, as quais são definidas como a *mobilização de conhecimentos* (conceitos e procedimentos), *habilidades* (práticas cognitivas e sócio emocionais), *atitudes* e *valores* para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Cada área do conhecimento tem competências específicas que foram traçadas a partir das dez competências gerais, denominadas competências específicas, que devem influenciar diretamente as habilidades que se pretende formar ao estudar os componentes curriculares. Elas estão na transversalidade do currículo, permitindo a construção de relações com todo conhecimento adquirido, seja ele teórico ou prático.

As dez competências gerais presentes na Base Nacional Curricular Comum (Brasil, 2018) são:

1. Conhecimento
2. Pensamento científico, crítico e criativo
3. Repertório cultural
4. Comunicação
5. Cultura digital

6. Trabalho e projeto de vida
7. Argumentação
8. Autoconhecimento e autocuidado
9. Empatia e cooperação
10. Responsabilidade e cidadania

As dez competências gerais apresentadas na Introdução da Base Nacional Curricular Comum (Brasil, 2018 p. 9) para educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) visam:

1 Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2 Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3 Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4 Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral, ou visual-motora, como libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5 Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6 Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7 Argumentar com bases em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8 Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9 Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10 Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

O documento esquematiza um quadro em que reúne as habilidades a serem desenvolvidas sobre questões de Sexualidade na unidade temática Vida e Evolução.

Quadro 2 – Abordagem do tema Sexualidade na BNCC (2018)

Unidade Temática	Objetos de conhecimento	Habilidades
Vida e evolução	Mecanismos Reprodutivos Sexualidade	(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos. (EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da Sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Fonte: Brasil, 2018

A questão mais importante a refletir é a redução da Sexualidade a uma dimensão biológica, na qual se destacam apenas aspectos relacionados a anatomia e a fisiologia da reprodução humana. Além disso, pressupostos médicos-higienistas também são apresentados nas habilidades, quando o documento trata de questões referentes às DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Este é outro ponto em que se pode observar que as noções de Sexualidade, no documento, estão pouco atualizadas, uma vez que o Departamento de Vigilância, Controle e Prevenção das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, vinculado ao Ministério da Saúde, adota a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

A BNCC revestiu-se de uma preocupação de Sexualidade enquanto controle de condutas sexuais com vistas a minimizar problemas de saúde pública, preocupação antiga que havia sido superada na medida em que aspectos culturais, sociais, políticos e psicológicos constituíam elementos associados à percepção da Sexualidade e destacadas por outros pesquisadores (Leão & Ribeiro, 2012; Vianna, 2012; Abreu & Santos, 2015; Maia & Ribeiro, 2011; Ribeiro, 2012; Figueiró, 2006; Melo, 2001).

Nas duas versões anteriores da BNCC, que inclusive chegaram a ser divulgadas na imprensa, havia não só menção ao Gênero, como também uma visão muito mais crítico-reflexiva sobre Sexualidade, em consonância com os autores acima:

olhando para o perfil do sujeito que a segunda versão da BNCC pretendia formar, é possível abstrair uma pessoa distinta da projetada em outras propostas curriculares. Tratava-se de alguém com consciência histórica e sensível às diferenças, uma pessoa que interagira com os outros, que seria colocada diante das grandes mazelas que afligem a sociedade brasileira, convidada a olhar criticamente e posicionar-se. Os objetivos de aprendizagem presentes em todos os componentes curriculares convidavam a combater o preconceito, o tratamento desigual de gênero, etnia, religião, classe social, condições de vida e cultura, pois estavam comprometidos com a democracia, a sustentabilidade, a segurança e a saúde. Todas as temáticas que têm impactado a sociedade brasileira encontravam-se presentes na segunda versão da BNCC (Neira, Alviano Junior & Almeida, 2016, p. 40).

Semis (2017) verificou os trechos da BNCC que foram alterados em sua versão final. No trecho sobre articulação dos componentes curriculares e as áreas do conhecimento, há uma referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que descreve os temas que devem transpassar os conteúdos curriculares. Sexualidade e gênero foram excluídos.

Na página 19 da versão original modificada, no item 9 das Competências Gerais da Educação Básica, que fala do respeito às diferenças e à coletividade, mais uma vez foram eliminadas as palavras gênero e educação sexual. Originalmente, a promoção do respeito e valorização da diversidade incluía a “diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, **gênero, orientação sexual**, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza” (Brasil, 2018, p. 11). Em outro trecho (EF08CI11), foram suprimidas as palavras diferenças de sexo, de identidade de gênero e de orientação sexual (Brasil, 2018, p. 349).

A última habilidade do documento sinaliza para algo que poderia ser visto como positivo, que é “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da Sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (Brasil, 2018, p. 346-347). Entretanto, mesmo que aqui haja uma menção que os professores podem discutir sobre múltiplas dimensões da Sexualidade em diferentes perspectivas, o documento não vem viabilizando antecipadamente condições para que os professores, de forma autônoma, trabalhem aspectos que envolvam essas múltiplas dimensões da Sexualidade. Inclusive, fazemos alguns questionamentos: o professor tem condições teóricas e metodológicas para desenvolver tal discussão? E quanto à gestão escolar, como se portaria sobre discussões dessa natureza? Como trabalhar as crenças e valores dos professores, que podem influir negativamente nesse aspecto?

Vale lembrar que entre a divulgação da segunda versão e a homologação da versão final se passou um ano, que foi tempo suficiente para que a direita se articulasse para dar ao documento um teor moralizador e desprovido dos tópicos crítico-reflexivos voltados para a cidadania e os direitos, associados à esquerda e mais especificamente, ao PT, que precisava ser erradicado da política brasileira. Por isso a supressão da palavra gênero. A BNCC acaba silenciando discussões sobre Gênero que são fulcrais para o combate de práticas misóginas e “LGBTfóbicas” no âmbito escolar.

O Congresso Brasileiro (talvez em maior intensidade a Câmara dos Deputados) é conservador, com grande número de representantes que não ousam debater sobre Educação Sexual, Sexualidade e Gênero, considerando que são temas para serem discutidos no âmbito familiar. No caso do Gênero, há uma dificuldade em se aceitar que as mulheres tenham os mesmos direitos dos homens. Com a ascensão da extrema direita, empoderada e muito representada a partir do governo Temer, valores conservadores são disseminados objetivando suprimir a liberdade de expressão, afetando o texto da BNCC:

Setores conservadores que ocupavam importantes instâncias de decisões se incomodavam com os rumos dados à sociedade brasileira pelo discurso pró-sexual libertário que conspirava para uma mudança de paradigma cultural. Ocorreram reações e espaços decisórios foram ocupados de forma organizada e em progressão geométrica por representantes das Igrejas que não admitiam as mudanças que estavam vindo (Ribeiro, 2019, p. 36)

Um fator responsável pela supressão desses termos no referido documento é o projeto Escola Sem Partido, cujo objetivo principal era reprimir qualquer manifestação na escola, principalmente de professores, que fossem contra o que seus defensores chamavam de *convicções morais das famílias*. Tratava-se de um projeto que retirava a liberdade de expressão docente, limitando suas falas e proibindo qualquer ação docente que visasse problematizar a realidade atual da sociedade Gadotti (2016). Se os professores fizessem qualquer discussão referente a Gênero ou diversidade sexual, seriam considerados propagadores da ideologia de Gênero².

5 À guisa de conclusão

As escolas devem contribuir com a Educação Sexual no Brasil? Recebemos diariamente informações com referências sexuais em propagandas e em conteúdos de entretenimentos, mas falar abertamente sobre o tema na escola ainda é um tabu, mesmo que atitudes e comportamentos sexuais façam parte da vida dos jovens, que no Brasil têm iniciado sua vida sexual entre os 13 e 17 anos. Vários documentos nacionais e internacionais dão suporte a uma Educação Sexual que vá além da abordagem reprodutiva.

A Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Esporte (UNESCO 2018), indica que a Educação Sexual deve servir para que os jovens desenvolvam conhecimento, habilidades e valores éticos para fazerem escolhas saudáveis e respeitáveis sobre os relacionamentos, o sexo e a reprodução.

²“O termo Ideologia de Gênero foi artificialmente criado para rotular negativamente um campo científico em franco processo de crescimento e reconhecimento. Como cientistas, não podemos aceitar sem crítica o que é dito, principalmente nas redes sociais, sobre o que seja a Ideologia de Gênero, até porque se trata de um grave erro conceitual fundamentado no senso comum e em interpretações opinativas. Não são os Estudos de Gênero que constituem uma ideologia, mas sim seus detratores, que agem a partir de uma ideologia” (Ribeiro, 2017b).

Ver: http://www.fpccsida.Org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=163:Sexualidade-e-educacao-sexual&catid=1:noticias

Por isto,

revisitar os documentos legais que amparam as políticas públicas de educação permitiu observar que através dos últimos documentos o governo tem utilizado do mecanismo de interdição e silenciamento para controlar e regular o que, como e quando falar sobre sexualidade nas escolas, refutando o direito à informação. Entendemos que desconstruir as práticas pedagógicas executadas há anos e inserir uma nova prática não é algo simples. Mas, precisamos buscar soluções para as demandas das questões contemporâneas e, sobretudo do cotidiano dos estudantes. [...] progredir nas discussões acerca dos avanços e retrocessos que permeiam a temática sexualidade e educação sexual nos documentos oficiais, para que possamos caminhar rumo a uma educação que possa formar cidadãos responsáveis, livres de preconceitos e tabus e que saibam, sobretudo, respeitar as diferenças (Barbosa, Viçosa & Folmer, 2019, p. 9).

A Sexualidade é um tópico sem dúvida, crucial, para ser trabalhado no ambiente escolar, sendo uma ação que pode contribuir para a consolidação da cidadania de jovens que serão inseridos na sociedade como adultos. Para isso, a escola, como um espaço privilegiado de discussão, deveria fornecer esse suporte para que sejam repensadas atitudes, valores e práticas discriminatórias e preconceituosas e, o conhecimento dos alunos sobre Gênero e Sexualidade, aprimorado.

A Sexualidade é objeto de um processo de humanização progressiva. Não existe nenhuma etapa da história humana na qual a Sexualidade esteja ausente. Falar sobre Sexualidade é referir-se a sentimentos, emoções e afetos fundamentais o desenvolvimento e na vida do ser humano (Meirelles, 1997).

Na atual BNCC notamos que há mais limitações do que potencialidades quando se pensa em Sexualidade e Gênero, dado que se reservou uma breve discussão sobre o tema apenas no oitavo ano. A Habilidade 11 não é suficiente para uma discussão consistente sobre Sexualidade, até por que ela não é acompanhada de uma progressão, como seria necessário para um tema complexo que vai além do biológico, deparando-se com aspectos sociais e culturais. Embora haja uma omissão curricular dessas temáticas, ainda precisamos agir para que práticas e atitudes preconceituosas sejam combatidas no espaço escolar.

Referências

- Abreu, R. L. P. & Santos, R. A. P. (2015). Gênero e Sexualidade nos PCNs: uma análise dos objetivos gerais. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, (28)1, 24-35.
- Barbosa, L. U.; Viçosa, C. S. C. L. & Folmer, V. (2009). A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. 11 (10), 1-10.
- Bedin, R. C. (2016). *A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP*. Tese de Doutorado em Educação Escolar. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Brasil (2018). Ministério de Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília.
- Bueno, R. C. P. & Ribero, P. R. M. (2018) História da Educação Sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. In: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. SBRASH, (29) 1, 49-56.
- Cunhã, C. F. (2001). *Grupos de mulheres da Paraíba: retalhos de uma história*. João Pessoa: Texto Arte Editora.
- Felício, L. A. (2011). Um projeto de Educação Sexual para o Brasil: O Círculo Brasileiro de Educação Sexual (1933 - 1945). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPHU*. São Paulo.
- Figueiró, M. N. D. (2006). *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. Londrina: EDUEL.
- Friedan, B. (2013). *The feminine mystique*. Londres: W.W. Norton & Company.
- Haraway, D. (1995). Ciencia, cyborgs y mujeres. In : Talens, M (Org.). *La reinvencción de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Leão, A. M. C. & Ribeiro, P. N. M. (2012). As políticas educacionais do Brasil: a (in)visibilidade da Sexualidade e das relações de Gênero. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, (7) 2, 28-37.

- Louro, G. L. (2007). Gênero, Sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. 46, 201-218.
- Louro, G. L. (2011). *Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Loyola, M. A. (1998). Apresentação. In: Loyola, M. A. (Org.) *A Sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Maia, A. C. B. & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação Sexual: princípios para a ação. *Doxa – Revista Brasileira de Psicologia e Educação*. Araraquara, (15) 1, 75-84.
- Meirelles. J. A. B. (1997). Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: Aquino J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p.71-86.
- Melo, S. M. M. (2001). Reflexões sobre sexualidade e educação. *Prospectiva*. Porto Alegre, 3: 26, 41-46.
- Miranda, C. M. & Santos, A. P. (2017). Lute como uma menina: questões de Gênero nas ocupações das escolas de São Paulo em 2016. *Revista Observatório*, (3), 417-444.
- Moura, F. P. (2016). *“Escola Sem Partido”*: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 2016. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História. Rio de Janeiro: Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Natividade, M. & Oliveira, L. (2013) *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidade LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Neira, M. G.; Alviano Junior, W. & Almrida, D. F. (2016). A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. *EccoS – Revista Científica*. São Paulo, 41: 31-44.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, História e poder. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), (18), 15-23.
- Preciado, P. B. (2008). *Testo yonqui*. Madrid: Espasa.

- Reis, T. & Eggert, E. (2017). Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. In: *Educação & Sociedade*, (38) 138, 9-26.
- Reis, G. V. & Ribeiro, P. R. M. (2004). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In: Ribeiro, P. R. M. (Org.) *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, p. 27-71.
- Ribeiro, P. R. C. & Magalhães, J. C. (Orgs.) (2018). *Interloquções sobre Gêneros e Sexualidades na educação*. Rio Grande: Editora da FURG.
- Ribeiro, P. R. M. (2009). A institucionalização dos saberes acerca da Sexualidade humana e da Educação Sexual no Brasil. In: Figueiró, M. N. D. (Org.) *Educação Sexual: múltiplos temas, compromissos comuns*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 129-140.
- Ribeiro, P. R. M. (2019). Desafios contemporâneos em Educação Sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar. In: Desidério, R.; Figueiró, M. N. D.; Ribeiro, P. R. M.; Mendes, P.O. S. P.; Melo, S. M. M.; Maistro, V. I. A. & Bastos, V. C. (Orgs.). *Interseccionalidade e transgressões em Educação Sexual*. Londrina: Syntagma Editores, p. 29-39.
- Ribeiro, P. R. M. (2005). Sexualidade também tem história: Sexualidade e comportamento sexual através dos tempos. In: Maia, A. C. B. & Maia, A. F. (Orgs.) *Sexualidade e infância*. Cadernos CECEMCA, v. 1. Brasília: Ministério da Educação; Bauru: faculdade de Ciências da UNESP, p. 16-33.
- Ribeiro, P. R. M. & Bedin, R. C. (2013). Notas preliminares sobre historiografia da Educação Sexual brasileira. Apontamentos de uma cronologia descritiva: 1) Atitudes e comportamentos sexuais no Brasil nos documentos da Inquisição dos séculos XVI e XVII. *DOXA – Revista Brasileira de Psicologia e Educação*. Araraquara: Departamento de Psicologia da Educação da UNESP, (17) 1 e 2, 149-168.
- Ribeiro, P. R. M. & Bedin, R. C. (2010). Algumas reflexões sobre a formação do pensamento sexual brasileiro a partir da historiografia da Educação Sexual. In: TEIXEIRA, F. et al. *Sexualidade e Educação Sexual: políticas educativas, investigação e práticas*. Portugal: CIEd. Disponível em: <http://www.fpccsida.Org.pt/index>

.php?option=com_content&view=article&id=13:Sexualidade-e-educacao-sexual&catid=1:noticias Acesso em 21 fev 2020.

- Ribeiro, P. R. M. & Soares, S. M. S. (2019). Avanços e retrocessos da Educação Sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. *Revista Ibero Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, (14) esp 2, 1254-1264.
- Ribeiro, P. R. M. (2013). A Educação Sexual na formação de professores: Sexualidade, Gênero e diversidade enquanto elementos de uma cidadania ativa. In: Rabelo, A. O.; Pereira, G. R. & Reis, M. A. S. (Orgs.) *Formação docente em Gênero e Sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas*. Petrópolis: DP & Alíi, Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Ribeiro, P. R. M. (2017a). Entrevista: Educação para a Sexualidade. In: *Revista Diversidade e Educação*. Rio Grande: FURG, (5) 2, 7-15.
- Ribeiro, P. R. M. (2017b). *Ideologia de Gênero x estudos de Gênero*. Entrevista. Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNESP, 27/11/2017. <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/30669/ideologia-de-genero-x-estudos-de-genero/> Acesso em 26/04/2019.
- Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, (12) 2, 35. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200400020003/7860>
- Sartori, E. (2004). Reflexões sobre relações de Gênero, família e trabalho da mulher: desigualdades, avanços e impasses. *Cadernos CERU*, (5) 1, 171-184.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, (20) 2, 71-99.
- Seffner, F.; Borrillo, D.; Ribeiro, F. B. (2018). *Gênero e Sexualidade: entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização*. Civitas, Porto Alegre, (18), 5-9.
- Seffner, F. (2017). Atravessamentos de Gênero, Sexualidade e Educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: Campos, M. A. T. & Silva, M. R. (Org.). *Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*. Curitiba: Appris, 213-225.

Semis, L. (2017). "Gênero" e "orientação sexual" têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim? Disponível: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>, Acesso em 21/04/2020.

Silva, C. S. F.; Brancaloni, A. P. L. & Oliveira, R. R. (2019). Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de Gênero: (des)caracterizações. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. (14) esp 2, 1538-1555.

Silva, C. & Camurça, S. (2010). *Feminismo e movimento de mulheres*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

Soares, Z. P. & Monteiro, S. S. (2019). Formação de professores/as em Gênero e Sexualidade: possibilidades e desafios. *Educação em Revista*, Curitiba, (35) 73, 287-305. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602019000100287&lng=en&nrm=iso Acesso em 21 fev 2020.

Tokarnia, M. (2017). MEC retira termo orientação sexual da versão final da base curricular. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular> Acesso em 21 fev 2020.

Vianna, C. (2012). Gênero, Sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*, Campinas, (68) 2, 127-143.